

ACTA Nº06/2007

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A VINTE E OITO DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE. -----

-----Aos vinte e oito dias do mês de Setembro, do ano de dois mil e sete, pelas dezassete horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no Cine-Teatro Municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 17 de Setembro do ano de dois mil e sete**, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS: -----

-----01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA" – (grelha A) -----

-----01.01 – Apreciação e votação da acta nº05/2007, referente à sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 2007.07.12; -----

-----01.02 – Leitura resumida do expediente; -----

-----01.03 – Actividade Municipal – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----01.04 – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

-----02- ORDEM DO DIA -----

-----02.01 – Apreciação e votação do pedido camarário relativo à emissão de «*declaração de interesse público municipal relativo à ampliação da pedreira denominada EM&R, sita em Boleiros – Fátima*» – (grelha A); -----

-----02.02 – Apreciação e votação do pedido camarário relativo à emissão de «*declaração de interesse público municipal relativo à instalação de parque eólico na freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias*» – (grelha A); -----

----- **02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa à «*Lei das Finanças Locais*», nos termos da alínea e), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à «*DIVINIS – Agroprodutos de Ourém, S.A. – alienação da participação do município de Ourém*» – (grelha A); -----

----- **02.05** – Tomada de conhecimento do «*Relatório de Gestão e Contas de 2006 da ADSAICA – Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros*», nos termos da alínea d), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A). -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS (ADITAMENTO):** -----

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa ao «*IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis 2008*»; -----

----- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa à «*Taxa Municipal pelos Direitos de Passagem, 2008 – Lei das Comunicações Electrónicas (Lei n.º5/2004, de 10 de Fevereiro)*»; -----

----- **02.08** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder ao lançamento de uma «*Derrama para 2008*»; -----

----- **02.09** – Período de intervenção aberto ao público. -----

----- Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----

----- António Marques das Neves; -----

----- António Miguel Lopes Mangas Reis; -----

----- António Ribeiro Gameiro; -----

----- Avelino da Conceição Subtil; -----

----- Constantino da Graça Lopes; -----

----- Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----

- Francisco Caetano;-----
- Humberto Luís Ferraz Antunes; -----
- João Carlos Gameiro Rodrigues; -----
- Joaquim dos Reis Gonçalves. -----
- José Augusto Dias dos Reis; -----
- José Custódio Ribeiro Faria;-----
- José da Silva Pereira; -----
- José Ferreira Vieira; -----
- José Maria do Padre Castelino e Alvim. -----
- José Maria Henriques de Sousa; -----
- Manuel Lourenço Dias;-----
- Manuel Rodrigues Antunes;-----
- Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira;-----
- Maria Natália de Sousa Freire Nunes;-----
- Mário João de Oliveira Santos; -----
- Natálio de Oliveira Reis; -----
- Nelson Carlos Lino Lopes; -----
- Sérgio Manuel Gameiro Fernandes;-----
- Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----
- Não compareceram, tendo justificado a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----
- Albino dos Reis Oliveira; -----
- Elias Dias da Silva; -----
- Jorge Manuel Reis Heleno; -----
- Manuel Tavares Lopes. -----
- Não compareceram, nem justificaram a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----
- Carina João Reis Oliveira; -----

-----Francisco Gonçalo Nunes André; -----

-----João Pereira Trezentos. -----

-----Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezassete horas e quinze minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----

-----Senhor Presidente da Câmara: -----

-----David Pereira Catarino. -----

-----Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

-----Humberto Lopes da Piedade; -----

-----João Manuel Moura Rodrigues; -----

-----Vitor Manuel de Jesus Frazão. -----

-----Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

-----José de Oliveira Fernandes; -----

-----José Manuel Pereira Alho; -----

-----Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição. -----

-----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal prestou as seguintes informações: -----

----- A Presidente de Junta de Freguesia de Gondemaria, senhora **Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva**, na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua a alínea c), do número um, do artigo trigésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fez-se representar pelo Secretário da citada Junta de Freguesia, senhor **Acácio Manuel Oliveira Marques;** -----

-----O membro da Assembleia Municipal, senhora **Joana Luísa Abreu de Figueiredo**, eleita nas lista do Partido Socialista – PS, na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua o número um, do artigo sexagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fez-se substituir pela senhora: -----

- **Sofia Ferreira dos Santos**, solteira, de vinte e nove anos de idade, residente na freguesia de Espite, concelho de Ourém, portadora do Bilhete de Identidade número doze milhões oitocentos e noventa mil novecentos e quatro (12890904), emitido pelo Arquivo de Identificação de Santarém em dois de Junho do ano de dois mil e seis (02/06/2006) e possuidora do número de Contribuinte duzentos e trinta e quatro milhões oitocentos e noventa e oito mil quatrocentos e noventa e seis (234898496). -----

-----O membro da Assembleia Municipal, senhor **Sérgio José Ferreira Ribeiro**, eleito nas lista do Partido Comunista Português – CDU, na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua o número um, do artigo sexagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fez-se substituir pela senhora: -----

- **Margarida Gomes Poeta**, solteira, de trinta anos de idade, residente na freguesia de Caxarias, concelho de Ourém, portadora do Bilhete de Identidade número dez milhões novecentos e trinta e dois mil novecentos e noventa e três (10932993), emitido pelo Arquivo de Identificação de Santarém em três de Julho do ano de dois mil e um (03/07/2001) e possuidora do número de Contribuinte duzentos e onze milhões cento e vinte mil trezentos e oito (211120308). -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira do Fárrio, senhor **Pedro Miguel Fonseca Janeiro**, eleito nas listas de Independente, ocupou, por inerência, o cargo de membro da Assembleia Municipal – solteiro, de trinta anos de idade, residente na freguesia de Ribeira do Fárrio, concelho de Ourém, portador do Bilhete de Identidade número onze milhões cento e setenta e sete mil quatrocentos e sessenta e sete (11177467), emitido a doze de Dezembro do ano de dois mil e seis (12.12.2006), pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, e possuidor do

número de Contribuinte duzentos e dez milhões setecentos e vinte e dois mil setecentos e trinta e oito (210722738). -----

----- Atendendo a que o Segundo Secretário da Assembleia Municipal, senhor **Albino dos Reis Oliveira** não compareceu a esta sessão, a senhora Presidente da Assembleia Municipal convidou o membro deste órgão, senhor **Valdemar Pinheiro de Oliveira** para ocupar o referido cargo. -----

-----De seguida, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

01.01 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO CINCO BARRA DOIS MIL E SETE, REFERENTE À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A DOZE DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E SETE. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----Aberto o período de intervenções, registaram-se os pedidos dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES** apresentou a seguinte correcção: na página trinta, nona linha, onde se lê «...quem vai esperando...» deve ler-se «**que** vai esperando...». ---

= **MARGARIDA GOMES POETA** apresentou a seguinte correcção: na página dezasseis, décima terceira linha, onde se lê «...própria polícia municipal...» deve ler-se «...própria **política** municipal...». -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a acta à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com uma abstenção, por não estar presente. -----**

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

----- Ofício do Agrupamento de Escolas Acácio de Paiva, datado do dia vinte e seis do passado mês de Junho, remetendo um exemplar do último jornal escolar «O Azeitoninha», dada a extinção do Agrupamento; -----

----- Fax da Assembleia Municipal de Faro, datado do dia vinte do findo mês de Julho, dando conhecimento de uma moção relativa à «Transferência de competências», apresentada pelo Grupo Municipal da CDU; -----

----- Ofício do Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, datado de onze de Julho do ano em curso, remetendo o relatório relativo à «Avaliação externa das escolas»; -----

----- Ofício da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ourém, datado do dia treze do transacto mês de Julho, remetendo um exemplar do «Projecto de intervenção em contexto escolar», elaborado pela representante do Ministério da Educação nesta Comissão; ---

----- Ofício da CTOC – Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, datado de vinte e cinco do transacto mês de Julho, acusando a remessa da recomendação remetida por este órgão deliberativo; -----

----- Comunicação dos deputados eleitos pelo Partido Social Democrata no distrito de Santarém, remetendo o requerimento relativo à «Extinção de Comarcas e Tribunais no distrito de Santarém»; -----

----- Comunicação do município de Fira Lleida – Espanha, datada do corrente mês de Setembro, remetendo informação acerca da «14ª edição do Salão Internacional de Equipamentos e Serviços Municipais – Municipalia», a decorrer no próximo mês de Outubro; ---

----- Comunicação da CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, datada do passado dia dezoito, informando da cessação de funções do seu Vice Presidente; -----

----- Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datada do pretérito dia vinte e seis, remetendo informação relativamente à «Taxa de gestão de resíduos / Taxa da qualidade de água». -----

----- **A ASSEMBLEIA FICOU INTEIRADA.** -----

01.03 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO.

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

Informação: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhores Secretários, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Decorrido o período habitualmente aproveitado para férias para a maioria das pessoas que trabalham, aqui nos encontramos de novo para retomar a actividade municipal, no âmbito deste órgão deliberativo. -----

Saudamos V. Exas. e formulamos votos de profícuo trabalho em prol daqueles que nos elegeram e de nós esperam todos os esforços a favor do concelho. -----

Passamos à habitual informação sobre a actividade municipal, com destaque para o que de relevante ocorreu desde a última sessão ordinária ocorrida em 22 de Junho. -----

1. EDUCAÇÃO -----

Com as alterações conhecidas ao nível da organização dos agrupamentos e que foram da responsabilidade do Ministério da Educação (insistimos), o arranque do ano lectivo decorreu com normalidade. -----

Temos procedido a pequenas intervenções em edifícios escolares do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, sobretudo no quadro da manutenção e de beneficiações que não passem por grandes investimentos. -----

As grandes obras que deverão ser financiadas no âmbito do QREN 2007-2013, estão a ser preparadas através da elaboração de projectos e serão lançadas de acordo com uma escala de prioridades, na modalidade de concepção/construção, logo que se conheçam os regulamentos dos programas e as regras de elegibilidade. -----

O esforço de aquisição de terrenos prossegue. -----

Entretanto, estão a chegar ao fim algumas obras que tínhamos em curso, nomeadamente as de Urqueira e Gondemaria. -----

Também o novo espaço para refeições em Seiça está concluído. -----

Estamos a aguardar a disponibilidade de membro do governo para a inauguração do edifício de Gondemaria que deverá ocorrer nos próximos dias. Desde já convidamos V.Exas. para estarem presentes e tomarem devida nota da qualidade dos projectos que estamos a implementar. -----

Damos conta de que, em resultado da nova legislação sobre o transporte de crianças e do encerramento de escolas, com as consequências que daí resultam, temos que alterar completamente o sistema de transportes. -----

Isso obriga a um investimento significativo ao qual, inevitavelmente, temos que fazer face. -----

Neste quadro, a maior parte das viaturas de nove lugares será alienada e vamos proceder à aquisição de doze miniautocarros. -----

Pretendemos ter mobilidade assegurada à escala de cada freguesia, para transporte das crianças cuja escola encerrou e para o acesso às refeições e equipamentos culturais e desportivos. -----

Entendemos ainda informar V.Exas. de que estamos em fase final do processo de fusão da Escola Profissional de Ourém com a APEFF-Associação Promotora de Ensino e Formação de Fátima. -----

A nova entidade, chamada INSIGNARE - Associação de Ensino e Formação, passa a incluir a Escola Profissional de Ourém e integrará no futuro a Escola de Hotelaria e Turismo de Fátima e a Escola Superior de Educação de Torres Novas. -----

Terá um núcleo de formação de activos e outro para as actividades de complemento curricular para o Primeiro Ciclo do Ensino Básico. -----

2. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

A actividade cultural e desportiva decorreu com normalidade, não havendo nenhuma menção especial, dado que os meses de Julho, Agosto e Setembro são normalmente mais calmos. -----

Permitimo-nos destacar o evento desportivo de maior notoriedade dos últimos dias que em muito resulta do investimento municipal e das condições por ele criadas. -----

Referimo-nos à utilização do Estádio Municipal de Fátima pelo Centro Desportivo de Fátima. ---

Atendendo a que esta associação passou a um escalão profissional de futebol, estamos a preparar os novos termos da cedência daquele equipamento pois nos parece óbvio que é papel da Câmara Municipal apoiar e educação e a formação desportiva no âmbito das actividades amadoras, não sendo normal que a Câmara subsidie uma actividade profissional. -----

Não nos referimos à amortização do investimento, mas aos custos de funcionamento. -----

Oportunamente daremos conta a V.Exas. do resultado das conversações que vão entretanto iniciar-se. -----

3. ACÇÃO SOCIAL -----

No período decorrido desde a última sessão da Assembleia Municipal, nada de relevante há a destacar. -----

4. SAÚDE -----

No período decorrido desde a última sessão da Assembleia Municipal, nada de relevante há a destacar. -----

5. HABITAÇÃO E URBANISMO -----

Entrou recentemente em vigor nova legislação sobre os Planos Municipais de Ordenamento do Território. -----

Destacamos aliás a recente legislação que tem particular importância para responsáveis autárquicos: -----

- Lei nº. 58/2007, de 4 de Setembro, que aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; -----

- Lei Nº. 60/2007, de 4 de Setembro, que altera o Decreto-Lei nº. 555/95, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação; -----

- Decreto-Lei nº. 316/2007, de 19 de Setembro, que altera o Decreto-Lei nº. 380/99, de 22 de Setembro, e define o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial. -----

Acreditamos que, passado o período de transição que sempre traz alguma turbulência, ultrapassaremos algumas dificuldades conhecidas que têm resultado da excessiva morosidade na elaboração ou alteração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. -----

Durante o próximo mês de Novembro, deverão arrancar as primeiras obras da envolvente da nova basílica de Fátima que vai ser inaugurada a 12 de Outubro. -----

Infelizmente, não se trata ainda da intervenção na Av. D. José Alves Correia da Silva pois essa aguarda ainda a conclusão do Plano de Pormenor que vai entretanto iniciar o seu período de inquérito público. -----

Posso informar que estamos a iniciar a substituição das armaduras de iluminação pública da zona histórica. -----

6. SANEAMENTO E SALUBRIDADE -----

Estão a decorrer algumas empreitadas de redes de saneamento na área urbana de Fátima e estamos a prepara-nos para lançar outras obras de saneamento, logo que tenhamos os regulamentos do QREN e as regras de elegibilidade. -----

7. PROTECÇÃO CIVIL -----

Apesar de estarmos quase no final do período de maior risco de incêndios florestais, não podemos ainda fazer balanços nem extrair conclusões finais. -----

Não houve problemas com a dimensão de anos anteriores, um pouco à semelhança do aconteceu por todo o país. -----

Os serviços municipais com responsabilidades na matéria exerceram uma acção permanente na coordenação dos diferentes intervenientes. -----

Destacamos uma acção de vigilância ocorrida na zona de Fátima da responsabilidade de um grupo de jovens pela sua relevância em termos educativos e na afirmação de valores. -----

8. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO -----

Em resultado da vinda de técnicos do Instituto Nacional de Aviação Civil – INAC para certificação da pista da Giesteira para apoio ao combate a incêndio por meios aéreos e das afirmações feitas sobre a qualidade dos trabalhos já ali executados, entendemos associar-nos a um grupo de trabalho informal que está a estudar a possibilidade de ali ser licenciada uma infra-estrutura aeronáutica para transporte de passageiros. -----

A nova realidade do low-cost e as vantagens de transporte directo para a região de turistas que, visitando o lugar religioso que é Fátima, poderão passar uma semana na região, encorajam-nos para estudar a viabilidade técnica, ambiental e económica do projecto, tendo em vista o acordo com o proprietário e a associação de outras entidades da região que possam ajudar a viabilizá-lo. -----

Certamente que uma das questões a avaliar será a distância ao santuário que deverá ser objecto de apreciação técnica. -----

Está finalmente adjudicada a obra de recuperação da Casa do Administrador e está a concurso o projecto de beneficiação do Agroal. -----

No início do próximo mês de Outubro, teremos uma reunião com o Sr. Presidente do IGESPAR para tentarmos retomar a elaboração de projecto de intervenção no castelo. -----

No passado dia 18 de Julho, reunimos com o Sr. Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, com o objectivo de estudarmos a forma de dar nova dinâmica ao Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios. -----

Deverá ocorrer, a curto prazo, uma reunião técnica para aprofundamento da matéria. -----

Na qualidade de conferencista convidado, participei, em Agosto, no Primeiro Congresso Ibero-Americano de Destinos Religiosos, ocorrido na Colômbia. -----

Resultou dessa participação o convite que aceitámos para realização em Fátima do segundo congresso, em Maio de 2009. -----

9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES -----

Continuamos o nosso programa de trabalhos, por administração directa. -----

Entretanto, temos em elaboração os projectos de reabilitação da Estrada Regional 356, em articulação com a Câmara Municipal de Alvaiázere e da Estrada Nacional 113-1, com a Câmara Municipal de Tomar. -----

No passado dia 21 de Setembro, reunimos com o Sr. Presidente da EP -Estradas de Portugal, EPE e com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Alcanena para abordagem da problemática da EN 360 (Estrada de Minde). -----

Ficou acordado que vai ser celebrado protocolo entre as três entidades para reabilitação daquela via que envolve uma atenção especial, devido ao elevado trânsito de pessoas a pé. ---

No dia 27 de Setembro, reuniremos com o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas e com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tomar para abordagem da problemática do IC 9. -----

Também num quadro de cooperação com os municípios vizinhos, no passado dia 17 de Setembro, visitámos a estrada que liga Alburitel a Fungalvaz, no concelho de Torres Novas, com o Sr. Presidente da Câmara e com os Presidentes das Juntas de Freguesia de Alburitel e Assentiz. -----

Acordou-se em preparar o projecto e executar a obra através de protocolo de colaboração entre as duas Câmaras Municipais, no primeiro semestre de 2008. -----

Iremos propor à Câmara, a curto prazo a celebração deste protocolo. -----

Os programas de intervenção na rede viária das freguesias estão neste momento dependentes das definições sobre o financiamento pelo QREN das redes de saneamento e da resolução da questão financeira do edifício dos Paços do Concelho. -----

O projecto do novo terminal rodoviário de Ourém está em fase de aprovação na Direcção Geral dos Transportes Terrestres, contando-se que, até final do ano, possa haver condições para lançamento do concurso. -----

10. DEFESA DO MEIO AMBIENTE -----

Referimos já a próxima intervenção no Agroal à qual atribuímos particular importância, não só na nossa estratégia para o desenvolvimento turístico do concelho, mas também pelo que ela significa em termos de melhoria do ambiente. -----

Damos conta a V.Exas. de que não estamos satisfeitos com o nosso modelo de recolha de resíduos sólidos e pensamos propor à Câmara a alteração desta situação, em nome da melhor qualidade ambiental que todos queremos. -----

Na visita que efectuámos à estrada de Alburitel – Fungalvaz, pudemos constatar o que é a vergonha do despejo selvagem de lixo industrial, sobretudo resultante da reparação automóvel. Apelo a toda a sociedade para que seja vigilante para encontrar e denunciar os malfeitores que continuam a agredir desta forma o ambiente que é de todos. -----

Vai ser celebrado protocolo com a VALORLIS para recolha, porta a porta, do papel e cartão, tentando assim pôr cobro aos montes de cartão que, sobretudo em Ourém e Fátima, continuam a aparecer junto aos ecopontos. -----

11. JUNTAS DE FREGUESIA -----

No âmbito do projecto Leiria Região Digital, está a decorrer a instalação dos equipamentos nas Juntas de Freguesia. -----

Até ao final do ano, deverá haver condições para tomar decisões sobre os projectos de intervenção na rede viária. -----

Contamos apresentar, ainda este ano, o plano de organização dos serviços de obras por administração directa, de forma a conseguirmos maior eficácia nos trabalhos de conservação, sobretudo ao nível da rede viária. -----

12. INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

As obras do edifício dos Paços do Concelho continuam a decorrer em bom ritmo e foi aberto concurso para resolução do problema financeiro criado com a nova lei das finanças locais. -----

As obras do edifício multiusos de Cercal estão também a decorrer em bom ritmo. -----

Senhora Presidente, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Esta é a informação mais relevante que entendemos prestar a V. Exas. -----

Ficamos à vossa disposição para esclarecimentos complementares que queiram solicitar-nos.”

----- O senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos, conforme

ANEXO A: -----

----- Situação económica e financeira da autarquia em 24 de Setembro de 2007; -----

----- Relação de processos judiciais. -----

----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “- Em nome do Grupo Parlamentar do PS, congratulamo-nos com a aquisição dos autocarros para a Educação. De facto já se tinha visto, com a nova legislação, que iriam aumentar as dificuldades e a Câmara Municipal procedeu bem aquando da deliberação, por unanimidade. É um grande investimento e estamos de acordo de que este investimento valerá a pena a bem do futuro das nossas crianças. -----

- Relativamente ao estádio de Fátima, parece-me que há dificuldades quanto aos campos de treino teriam de ser construídos à volta do estádio para que o Centro Desportivo o aceitasse. Queria saber se isto é verdade ou não, pois foi o que ouvi dizer. -----

- Relativamente ao QREN, o Senhor Presidente fala em obras de saneamento mas não diz quais. Gostaria de saber se poderia explicitar melhor. -----

- Também queria felicitar a Câmara Municipal porque andamos aqui à volta da Casa do Administrador, pelo menos há quinze anos. Toda a gente envolvida nisto. Recordo-me que a primeira vez que vim para esta Assembleia Municipal, em mil novecentos e noventa e oito, já se ouvia falar em dificuldades de diversa ordem, sobretudo com a aquisição do imóvel. Agora, finalmente as obras já iniciaram, pelo que nos congratulamos. -----

- Relativamente às obras da envolvente à nova basílica, o Senhor Presidente da Câmara diz que ainda não se referem à requalificação da avenida. Pedia se poderia explicitar quais são. ---

- Por fim, queríamos lembrar ao Senhor Presidente da Câmara que nós conhecemos bem o modelo de financiamento da obra dos Paços do Concelho pois ele não é único nem o primeiro. Nós não estamos de acordo com essa opção, o que é diferente, porque, há dois anos poder concluir a obra com dinheiros próprios e agora terá de a ceder.” -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL** expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Pretendo fazer uma pergunta e uma recomendação. -----

Relativamente à pergunta, tem a ver com o ponto sobre a Educação, quando o Senhor Presidente da Câmara diz que «... *integrará no futuro a Escola de Hotelaria e Turismo de Fátima...*». Pergunto, chegando a estar previsto, uma escola de ensino superior que depois não passou, o que se fala aqui é desta escola superior ou é o Polo da actual Escola Profissional em Fátima que vai ser autorizado, criando ali uma? Esta já existe em termos físicos mas não existe em termos jurídicos. O que se pretende é uma escola nova no sentido de outro nível de ensino ou é a criação jurídica do novo espaço, uma vez que já existem os edifícios? Gostaria que me esclarecesse. -----

- Uma outra questão, tem a ver com o meio ambiente e com as chamadas ilhas ecológicas. A questão do cartão até pode ser resolvida, mas não é só o cartão, o vidro por vezes também está cheio. Nalgumas ilhas ecológicas, praticamente novas, as condições de higiene muitas vezes, deixam muito a desejar. A limpeza das mesmas poderá não ser muito fácil mas ao levantar a tampa já se nota o mau cheiro. Além disso, aparentemente já se encontram bem degradadas.” -----

= **MANUEL RODRIGUES ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Matas, expôs o seguinte: “A questão relativamente à saúde nas Matas está muito mal. Neste momento estão-se a marcar consultas para Dezembro. As pessoas não têm médico de família e porque não têm outra solução, dirigem-se à extensão do Centro de Saúde de Ourém onde pura e simplesmente são mandadas embora e não são atendidas – não digo por todos os médicos mas por alguns.” -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----
 A minha intervenção prende-se com uma pergunta no sector da Educação. Temos no jardim de infância de Sandoeira uma reconstrução para fazer e andamos á espera há algum tempo e pensamos que talvez pelo facto do projecto estar atrasado. A minha dúvida é esta: na Informação diz-se que «*As grandes obras que deverão ser financiadas no âmbito do QREN...*». Pergunto, será que a reconstrução do jardim da Sandoeira é só uma questão de projectos atrasados ou estamos também à espera do financiamento no âmbito do QREN? Isto não é nenhuma crítica, pretendia apenas um esclarecimento para poder depois informar a população. Aproveito também para demonstrar o meu contentamento pela informação que aqui aparece no sector da Comunicação e Transportes que diz «*...temos em elaboração os projectos de reabilitação da Estrada Regional 356...*». Esperamos que com esta medida, mesmo sabendo que temos de esperar mais algum tempo, algum dia tenhamos aquilo que desejamos há muito – uma via que nos aproxime mais de Ourém.” -----

= **JOSÉ FERREIRA VIEIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----
 Boa tarde Senhor Presidente da Câmara Municipal -----
 Boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----
 Apenas queria questionar o Senhor Presidente da Câmara pelo seguinte: a freguesia que represento não tem visto, neste meu mandato, nenhuma rua ou estrada alcatroadas. Queria perguntar concretamente se a Câmara Municipal está a pensar intervir na estrada que vai da Pimenteira ao Alqueidão, assim como também a estrada que liga o Ameal a Penigardos, esta em especial que é uma extensão curta. Pergunto se pensa concretizá-la. -----
 - Também queria congratular-me com o alcatroamento da estrada da Corredoura, embora seja o limite de duas freguesias, N.ª Sr.ª da Piedade e N.ª Sr.ª das Misericórdias. Acho que foi uma boa intervenção, embora falte ainda um bocadinho de pavimento para concluir. -----
 - Também queria questionar relativamente à rua do Vale da Aveleira, as obras do futuro Modelo. Dá-me ideia que a estrutura que estão a montar não está devidamente a seis metros

do eixo da via. Também penso que essa rua devia ser alargada pelo menos até à entrada da antiga «barroqueira», como era chamada. -----

- Queria ainda perguntar se pensa fazer o saneamento no Vale da Azeiteira. Já remeti um ofício para a Câmara a perguntar se também faziam um passeio porque é uma zona muito perto da cidade, onde por vezes as pessoas se deslocam a pé. É uma estrada que prevejo com grande movimento para quem vem do Norte do concelho para o futuro Modelo. Como é bastante acidentada em curvas, acho que é um perigo constante – já hoje o é devido às curvas bastante apertadas para as viaturas passarem, quanto mais com as pessoas a pé.” -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Não é referido por V.^a Ex.^a, no ponto sete, de certo não teria conhecimento disso, quando refere que em Fátima houve jovens a fazer vigilância florestal, mas também em Caxarias estiveram jovens a fazer vigilância florestal durante os meses de Junho, Julho e até final de Agosto, fazendo-o das oito às dezanove e trinta, ininterruptamente. Portanto, eram duas equipas, uma fazia-no da parte da manhã, das oito às treze e trinta e outra das treze e trinta às dezanove e trinta, isto no âmbito do programa que apresentamos ao IPJ, tanto este ano como no ano passado. -----

- Também ficámos muito contentes, e esperamos que de facto isso venha a ser uma realidade, com o agendamento dos trabalhos de melhoramento e beneficiação da ER356. Chamo a vossa particular atenção para a total derrocada em que está a ponte à entrada de Caxarias. Já são tábuas caídas por todo o lado, não há tábuas que resistam ali, e chamo a particular atenção de V.^a Ex.^a para os perigos eminentes, porque passam por ali diariamente muitas pessoas e crianças a pé. Portanto, gostaríamos de facto, que aquele melhoramento viesse a ser uma realidade a curto prazo e que V.^a Ex.^a, quando tivesse um bocadinho, eu sei que o faz, fosse ver a ponte. Às vezes não basta olhar, temos de ver de facto o estado em que estão aqueles guarda-corpos. Há até uma parte que, devido a um acidente, foi deslocado, e está quase a cair para dentro do rio e quando se passa ali não se tem a percepção da altura da ponte ao leito do rio mas, Senhor Presidente, é muito alto.” -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara prestou os devidos esclarecimentos. -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as intervenções, abaixo discriminadas, por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Tomando a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte voto de pesar, o qual se passa a transcrever: “No passado dia 18, faleceu na Gondemaria o Senhor Carlos Vieira dos Reis. O tio Carlos como era familiarmente conhecido entre os amigos, foi uma referência na família autárquica do nosso concelho. -----

Durante 18 anos foi presidente da Junta de Freguesia da Gondemaria e por inerência do cargo, membro da Assembleia Municipal. -----

Da sua vivência autárquica, que tive o prazer de acompanhar em grande parte, recordo o homem íntegro, extremamente coerente com os seus ideais e de uma enorme grandeza de carácter. Defensor acérrimo da sua terra e das suas gentes, dificilmente se desviava do rumo que ele considerava ser o melhor para proporcionar o desenvolvimento e a melhor qualidade de vida para aqueles que um dia tinham confiado nele. -----

Neste Órgão a que também pertenceu, lembro a sua memória e em nome do Grupo Parlamentar do P.S.D. agradeço todo o seu empenhamento e disponibilidade pela causa de Ourém e proponho a esta Assembleia que seja apresentado à sua esposa e filho, um voto de pesar.” -----

----- **Submetido à votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade.** -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou uma proposta e bem assim uma declaração, documentos que se passam a reproduzir: -----

Proposta: “A acessibilidade é factor determinante para o progresso. -----

Vejam, a esse propósito, o que se passou no nosso concelho desde que estamos servidos pela auto-estrada em Fátima e o que se passou com concelhos vizinhos que ficaram isolados durante mais alguns anos. -----

Quando falamos de destinos turísticos, esta realidade tem que ser analisada de diferentes perspectivas. -----

Sem termos a pretensão de proceder aqui a uma análise de grande profundidade técnica, sempre podemos afirmar que Fátima, sendo um destino religioso afirmado e uma âncora no desenvolvimento da região que circunda a cidade, deve melhorar o seu nível de acessibilidades. -----

Hoje o acesso a Fátima faz-se unicamente por via rodoviária. -----

É necessário que os instrumentos de planeamento regional em elaboração abordem esta problemática e considerem outras possibilidades, nomeadamente o acesso ferroviário e o acesso por via aérea. -----

Não se misture esta reflexão com a problemática do novo aeroporto internacional de Lisboa. ---

São assuntos que nada têm de comum. -----

A realidade do low-cost e Fátima como destino religioso recomendam que para o desenvolvimento regional, isto é, para que o turismo possa contribuir para o aumento da riqueza que se produz na região, se crie a possibilidade de acesso directo de turistas à região.

Nestas circunstâncias propomos: -----

1º. Que se transmita à CCDR-LVT a necessidade de, no âmbito do PROT – Plano Regional Ordenamento do Território, prever a acessibilidade ferroviária a Fátima, através de uma linha que faça a ligação entre a Linha do Oeste e a Linha do Norte, passando na proximidade de Fátima; -----

2º. Que se transmita às Comunidades Urbanas de Leiria e do Médio Tejo a importância de se associarem ao município de Ourém nos esforços para a implementação do aeroporto em Fátima.” -----

----- Tomando a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou os Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste órgão deliberativo, acerca da votação das duas partes da proposta, se votar-se-iam em conjunto ou individualmente, tendo-se optado por proceder à votação de forma individual. -----

Assim, relativamente ao ponto número um «*Que se transmita à CCDR-LVT a necessidade de, no âmbito do PROT – Plano Regional Ordenamento do Território, prever a acessibilidade ferroviária a Fátima, através de uma linha que faça a ligação entre a Linha do Oeste e a Linha do Norte, passando na proximidade de Fátima*», verificaram-se as seguintes intervenções: -----

----- Solicitando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou a importância, para o concelho, da passagem de uma linha ferroviária, na proximidade de Fátima, que fizesse a ligação da Linha do Oeste à Linha do Norte, caso se venha a verificar a edificação, em Leiria, de uma estação de alta velocidade. -----

----- Seguidamente, o membro da Assembleia Municipal, senhor ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO foi da opinião de que esta questão deveria ser reivindicada junto da CCDR-LVT, da REFER e da Ex.ma Senhora Secretária de Estado dos Transportes e referiu a importância da ligação da Linha do Oeste à Linha do Norte, com uma estação na proximidade de Fátima. -----

Salientou ainda a necessidade de não votar este assunto ao esquecimento. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de esclarecimentos, foi este primeiro ponto da proposta submetido à votação do plenário, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.** -----

----- De seguida, no que concerne ao ponto número dois da proposta «*Que se transmita às Comunidades Urbanas de Leiria e do Médio Tejo a importância de se associarem ao município de Ourém nos esforços para a implementação do aeroporto em Fátima*», e quando submetida à discussão do plenário, verificaram-se as seguintes intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO manifestou-se no sentido de acrescentar à proposta o seguinte: «linhas de low-cost com acesso ao aeroporto regional de Fátima». -----

= ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS foi da opinião de que esta não é a melhor forma de fazer obras e sugeriu que relembassem s história do aeródromo de Fátima. -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção e submetido à votação do plenário, foi este segundo ponto da proposta, aprovado por unanimidade.** -----

Declaração: “O Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão de Caxarias, obteve uma excelente classificação na avaliação externa a que se submeteu recentemente, tendo obtido, quase em todas as vertentes, a classificação de Muito Bom, o que vem dar cada vez uma maior credibilidade àquele estabelecimento de ensino, o que o grupo do P.S.D. regista e aplaude com muito agrado e satisfação a bem do ensino e da comunidade.” -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte voto de pesar que se passa a reproduzir: “Dia 10 de Agosto, escreveu-se uma página negra na história do concelho de Ourém, uma corporação de Bombeiros com 100 anos de existência, foi confrontada pela primeira vez, com a situação de morte de um dos seus homens em serviço. -----

João Manuel Rosa Ribeiro, mais conhecido como sub-chefe João da Vila, faleceu, quando se encontrava a combater as chamas que deflagravam numa unidade industrial do concelho de Ourém. Foi vítima de uma queda que lhe provocou múltiplas fracturas e traumatismos. -----

Foram quase 40 anos ao serviço da causa pública, sempre com grande presença, assiduidade e muita dedicação. O sub-chefe João Ribeiro, era uma das figuras dos bombeiros de Ourém, muito estimada e acarinhada pelos colegas, sempre disponível para ajudar o próximo, com um jeito calmo e sereno de vencer as adversidades e com uma enorme compreensão e espírito de entreatuda para com os mais novos. -----

Nesta hora, a Assembleia Municipal presta homenagem à memória de João Ribeiro e envia as mais sentidas condolências à sua família, amigos e aos colegas Bombeiros.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade.** -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAS DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou a seguinte declaração a seguir transcrita: “Boa tarde a todos! ---- Tentando concretizar algumas das medidas previstas no SIMPLEX – Programa de Simplificação Legislativa e Administrativa, o Governo publicou recentemente, o Decreto-Lei nº316/2007, de 19 de Setembro. -----

Embora sendo cedo para perceber se de facto este novo articulado, que altera principalmente o Decreto-Lei nº380/99, de 22 de Setembro, vem permitir uma maior celeridade em toda a tramitação de processos relativos a **planos municipais de ordenamento do território**, o certo é que estamos perante uma tentativa de simplificação e de redução de passos. Sendo assim, é de louvar mais este esforço de solução do longo «calvário» que ocorre em cada instrumento de gestão territorial que se pretende efectuar ou mesmo alterar. -----

Refiram-se aqui como exemplos, os casos dos seguintes planos de pormenor relativos ao nosso município, e que se encontram «perdidos» há já longos anos em toda a tramitação obrigatória: -----

- Plano de Urbanização de Ourém; -----
- Plano de Pormenor entre a Avenida Papa João XXIII e Avª D. José Alves Correia da Silva, em Fátima; -----
- Plano de Pormenor para Empreendimento Turístico previsto para Caxarias (o qual inclui um Campo de Golfe); -----
- Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Fátima; -----
- Plano de Pormenor da Estrada de Minde. -----

Os anos que decorrem desde o estudo prévio até à conclusão e ratificação em Conselho de Ministros, leva a população a pensar que «afinal o tal campo de golfe é mentira». Por outro lado, perdem-se oportunidades únicas de desenvolvimento do concelho. -----

Mas fica-se ainda com algum receio pois nem tudo são benesses. A legislação que saiu precisamente em 15 de Junho último, Decreto-Lei nº232/2007, obriga a mais um passo, ou seja, agora antes de se iniciar o processo de plano tem que se fazer previamente um relatório

ambiental. Por um lado, tal relatório vem acautelar as tomadas de decisão posteriores, mas a ver vamos o que vai suceder com alguns casos. -----

O certo é que com a nova legislação se pretende a simplificação de procedimentos, a descentralização e responsabilização municipal e a desconcentração de competências no âmbito da administração do território. Esta legislação determina nomeadamente, que ficam sujeitos a ratificação pelo Governo, os Planos Municipais de Ordenamento do Território, mas unicamente quando, no procedimento de elaboração, seja suscitada a questão da sua compatibilidade com planos sectoriais ou regionais de ordenamento do território e sempre que a Câmara Municipal assim o solicite. Fica claro que o órgão, Assembleia Municipal, vai ter uma responsabilidade acrescida na decisão final destes planos. -----

Esperemos que de facto se venha a verificar uma clara redução do tempo de execução e finalização destes instrumentos de gestão territorial, a bem do desenvolvimento do nosso concelho.” -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Democrata Cristão expôs o seguinte: “ Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Ex.mos membros do Executivo camarário -----

Caros colegas -----

Trago hoje três assuntos para expor aqui: -----

- Atendendo a que os munícipes nos questionam acerca de diversos assuntos e como tentamos informá-los o melhor possível, pretendia alguma informação relativamente ao apoio dado aos estudantes do ensino superior do concelho, se houve alguma quebra de protocolo, nomeadamente com o ISEC – Instituto Superior de Engenharia de Coimbra. -----

- Relativamente ao parque linear, chamaram-me à atenção de que o parque infantil ali instalado não está iluminado enquanto que o resto do recinto está iluminado mesmo não estando lá ninguém. Além disso, mesmo ao lado do parque infantil existe um fosso. -----

Não sei se será da competência da Câmara, mas independentemente de quem seja a responsabilidade, acho que esta situação deveria ser resolvida o quanto antes. -----

- Como é do conhecimento geral, foi eleita a nova Comissão Política Concelhia do CSD/PP de Ourém, onde o presidente é o anterior vice-presidente do Partido a nível nacional, Dr. Martim Gomes de Freitas, que entretanto foi convocado, como líder de um dos Partidos da oposição, no âmbito da elaboração do próximo Orçamento do município. O documento intitulado «Um Concelho Amigo – 20 propostas do CDS-PP/Ourém» - que eu solicitei à Senhora Presidente da Assembleia Municipal que o fizesse chegar a todos os membros deste órgão – já foi entregue hoje à Câmara Municipal. Não o vou ler na totalidade porque não há tempo e seria desnecessário, contudo passo a ler apenas a conclusão: «O CDS-PP/Ourém apresenta estas propostas, hoje, a esta Assembleia Municipal, depois de o ter feito, também hoje, junto da Câmara Municipal ao abrigo do Estatuto da Oposição que, muito bem, o Executivo entendeu seguir. -----

Bem sabemos que o estado actual do orçamento municipal não é o melhor. Mas, não pretendemos, hoje, aqui e agora, encontrar os responsáveis ou, conhecendo-os, apontar o dedo seja a quem for. O CDS-PP/Ourém pauta a sua acção política pela positiva, tentando construir em vez de denegrir. -----

Sabemos que o caminho por nós escolhido é o mais difícil. E mais trabalhoso. Mas é o caminho que queremos prosseguir. O tempo para que os eleitores façam as suas opções chegará. Lá mais para diante. Pela nossa parte, o que queremos é dar a conhecer as nossas propostas a quem governa e a quem é governado no concelho de Ourém. E sem demagogias. Por isso – e também porque não nos custa reconhecer que não dispomos de meios suficientes para podermos quantificar todas as propostas que fazemos – deve este documento ser entendido como um contributo dado pelo CDS-PP/Ourém aos órgãos autárquicos do concelho. Sem arrogância nem jactância. Com humildade. Ao fazê-lo, o CDS-PP/Ourém pede apenas duas coisas: -----

1. Que seja dada resposta pela Câmara Municipal às propostas que fazemos. -----

Se necessário for, que seja efectuado o estudo quantitativo das propostas por nós apresentadas e que esse estudo seja disponibilizado aos munícipes. Para o efeito, o CDS-

PP/Ourém manifesta-se disponível para acompanhar a Câmara, prestar eventuais esclarecimentos e concretizar cada uma das propostas. -----

2. Que, se as propostas forem financeiramente comportáveis – como é nossa mais funda convicção – a Câmara as assuma e em próxima ou próximas reuniões da Assembleia Municipal faça suas as nossas propostas e que esta Assembleia Municipal as adopte. -----

O que neste documento está escrito, constitui um primeiro traço distintivo do que faríamos se fôssemos nós a governar.» -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que seria remetida cópia do documento apresentado aos Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste órgão deliberativo. -----

= **VALDEMAR PINHEIRO DE OLIVEIRA**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou a seguinte declaração política de interesse local, o qual se passa a reproduzir: “O Início do ano lectivo -----

Iniciou-se mais um ano lectivo. -----

Uma vez mais a comunidade escolar do nosso concelho demonstrou grande capacidade de resposta aos desafios que de novo se colocaram. -----

Por imperativos bem conhecidos de todos os elementos desta Assembleia, foi necessário verticalizar todos os Agrupamentos de Escolas. -----

É justo referir a forma empenhada e profissional com que a nossa comunidade respondeu e se preparou para que os alunos mal se apercebessem das profundas mudanças operadas no novo modelo de gestão de grande parte do território educativo do concelho. -----

Estas profundas mudanças implicaram também a reformulação de todo o esquema de implementação das actividades de enriquecimento curricular, seguindo-se uma cobertura total do horário, com actividades até às 17h30. -----

A nova realidade e as alterações introduzidas no sistema educativo nos dois últimos anos, com a concentração dos alunos em pólos educativos, vieram obrigar ao desenvolvimento de uma nova rede de transportes para o 1º Ciclo do Ensino Básico e para a Educação Pré-Escolar.

Acompanhamos com muito interesse o esforço que está a ser empreendido pelo Executivo no sentido de, a curto prazo, implementar a referida rede de transportes. -----

A par deste desafio está a Autarquia empenhada em requalificar o Parque Escolar do Concelho, com a inclusão de Centros de Recursos, Bibliotecas, Ludotecas, Salas Polivalentes e Refeitórios, como novas valências da «nova escola», que se pretende cada vez mais atractiva, pois os alunos aí permanecerão grande parte do dia, possibilitando um melhor desenvolvimento pessoal e intelectual dos educandos. -----

Saudamos a Câmara por ter implementado uma nova filosofia de edifícios escolares, cujo exemplo mais recente está pronto a inaugurar na Freguesia de Gondemaria.” -----

= **HUMBERTO LUÍS FERRAZ ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Formigais, apresentou a seguinte intervenção de interesse local, conforme se passa a transcrever: “A Junta de Freguesia de Formigais congratula-se pelo lançamento do concurso público do Projecto de Requalificação do Agroal. -----

É uma aspiração de há várias décadas, sendo certo que o lançamento do Concurso Público será a rampa de lançamento, esperamos nós, para a execução da obra, que há muito esperamos. -----

Sabemos a importância que esta obra reveste para a nossa Freguesia, para o Norte do concelho, e porventura, até para todo o concelho, se houver um aproveitamento do espaço aí existente, em consonância com o parque de lazer, vulgarmente chamado de Parque Aventura do Agroal. -----

Este Verão mais uma vez se pôde constatar a afluência de milhares de pessoas ao Agroal, depreendendo-se facilmente, que com a realização das referidas obras, a tendência será de crescimento. -----

Em todo este processo lamentamos apenas o facto da Junta de Freguesia não ter sido ouvida, não ter sido convidada para reuniões para a discussão do Projecto, nem para quaisquer entrevistas jornalísticas ou televisivas. Se calhar, na opinião de quem manda, não é esse o nosso papel...Respeitamo-la... -----

Contudo, o mais importante é que a obra se faça, e se por acaso formos convidados para a inauguração, lá estaremos com humildade, mas conscientes que também lutámos por ela, e que a obra também é nossa.” -----

= **MARGARIDA GOMES POETA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, apresentou o seguinte documento: “Sra. Presidente, Caros Senhores e Senhoras presentes: -----

O dia 26 de Setembro ficará sem dúvida marcado no nosso concelho, pela vitória do C.D. Fátima ao F.C. Porto. Queremos neste espaço de intervenção felicitar o Fátima pelo feito e desejar-lhe muitas vitórias e sucesso para o futuro. Assim como, felicitar o Executivo camarário pelo esforço feito para que tudo estivesse conforme, no Estádio Municipal para receber este evento. Felicitar, mas também alertar. Alertar porque a atenção que o C.D. Fátima recebeu por parte da Câmara foi justa, mas é preciso lembrar que embora noutros âmbitos e de outras importâncias existem mais associações desportivas e culturais no concelho que também mereceriam outra atenção por parte do executivo. Disse.” -----

= **NELSON CARLOS LINO LOPES** apresentou o seguinte documento: “Numa sequência de excelentes prestações verificadas nas últimas temporadas, e já nesta temporada nas primeiras Jornadas da Liga Vitalis, o Centro Desportivo de Fátima eliminou o bicampeão nacional Futebol Clube do Porto da Taça da Liga, depois de brilhantemente já ter eliminado o Santa Clara e a Académica de Coimbra nas duas primeiras eliminatórias. -----

Realizou-se há poucos minutos o sorteio para a Quarta Eliminatória e desta feita foi o Sporting Clube de Portugal o adversário sorteado para defrontar o Fátima. -----

Será de certo mais um evento que decorrerá com dignidade e elevada distinção e no final dará lugar aos melhores comentários dos mais bem conceituados analistas desportivos do nosso país, quer sejam pelo que as equipas fizerem no relvado, quer seja pela organização eficaz de um evento desportivo exigente em matéria de infra.-estruturas. -----

Trata-se sem dúvida de feitos inimagináveis há poucos anos e que vem demonstrar o bom caminho por onde segue a colectividade de Fátima, modelo de gestão que muito orgulha todos os oureenses. -----

Relembrar aqui que estes eventos têm lugar no estádio municipal. É com orgulho e um brilho nos olhos que assistimos a estes jogos pela qualidade dos plantéis, mas também porque a obra o merece e tem condições para grandes eventos, como as transmissões televisivas. Trata-se de um equipamento que se adapta à necessidade actual do futebol de Fátima, e que com facilidade se ajusta a uma situação de excepção montando-se uma bancada suplementar. Esta bancada quase duplica a lotação do recinto. -----

É uma obra que demonstra que as infra-estruturas potenciam as possibilidades e as virtudes das colectividades.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “A minha intervenção estima-se em três pontos: -----

Primeiro, tem a ver com o lançamento do concurso que o Senhor Presidente da Câmara disse que havia sido lançado e que eu, pelo menos nas Ordens de Trabalhos da Câmara Municipal, não vi ainda inscrito o concurso para o lançamento dos Paços do Concelho para o projecto de financiamento. O Senhor Presidente, nos últimos parágrafos da sua informação, diz que já foi lançado. Já houve deliberação da Câmara Municipal? -----

Queria também realçar, mais uma vez, que o PS não iria por aí, porque com o Orçamento a rondar os trinta e cinco milhões de euros, com custos fixos na ordem dos dez a onze milhões, de acordo com os últimos Orçamentos que temos visto aqui aprovados, não vemos qual a porque não poderíamos, com receita própria, terminar os Paços do Concelho. Portanto, se a opção política do Executivo é ir por outro caminho, nós deixamos esse caminho aberto a quem o queira percorrer mas não visualizamos nesse exemplo, exemplos compiláveis com outros a nível nacional, regional e local e portanto afastamo-nos dessa maneira de financiar uma obra que onera o futuro, a nosso ver, de forma muito pejorativa para a governação municipal nos próximos anos. -----

Congratulamo-nos com a abertura do Executivo relativamente a várias propostas que o PS veio, vem e virá sempre a defender ao longo dos últimos anos, nomeadamente a criação de uma zona industrial nos limites do concelho de Leiria – Escandarão e Gondemaria. -----

Com a abertura da revisão do PDM, aproveitamos para sublinhar a importância do arranjo e melhoria do traçado da estrada para norte do concelho que já aqui sobejamente foi sublinhado.

Aproveito também para nos envolvermos nos votos de pesar que aqui foram lidos. -----

Por outro lado, também nos congratulamos com a acção do Governo, nomeadamente, com a aposta no IC9, como o Senhor Presidente da Câmara sublinhou, e lamentamos que não tivesse sido possível que as obras da envolvente à nova basílica, por todas as razões e mais algumas, não estivessem prontas a tempo da inauguração e das festividades das comemorações dos noventa anos das aparições. De qualquer maneira, não vamos aqui atirar as culpas a ninguém. Aquele conjunto de circunstâncias, até do ponto de vista temporal, já fazia anteciper e conhecer, ao tempo, dificuldades em concretizar esse desejo. -----

Por fim, uma nota de interesse local – na proposta que entregámos à Câmara Municipal, em nome do PS, sublinhámos, nomeadamente, uma proposta de redução de entre aqueles cinco por cento que a Lei das Finanças Locais permite aos municípios dispararem em sede de IRS a redução de um por cento para todos os residentes no concelho, a isenção de cinquenta por cento da taxa municipal de urbanismo para intervenções de recuperação de imóveis destinados ao comércio e restauração, sobretudo nos centros históricos e também recentemente à taxa municipal de urbanismo na isenção de todas as taxas de licenciamento relacionadas com a instalação de novas empresas no concelho. Acho que é uma actividade que em matéria fiscal é importantíssima. Tal como refere o memorando que a Associação Nacional de Municípios Portugueses enviou à Câmara Municipal e com base no qual esta decidiu, por unanimidade, para o ano de dois mil e sete, manter a taxa nos cinco por cento do IRS. É importantíssimo que seja utilizada pelo município em sede de IRS para que possamos ter melhores condições fiscais e também uma taxa de urbanismo que estimule a instalação de novas empresas no concelho. O Governo o Orçamento de dois mil e oito também está a preparar – algumas delas já são públicas – propostas para incentivar algum desagravamento de taxas para que novas empresas se possam instalar. -----

Por fim, e não menos importante, uma reavaliação da situação – o Senhor Presidente já abordou aqui a questão – da utilização das piscinas e dos tanques de aprendizagem por parte

das nossas crianças no ensino. De facto terminou o protocolo com a DREL mas, conforme sublinhou o Senhor Presidente, é importante encontrar formas alternativas para continuar a utilizar esses tanques. Os nossos alunos não podem ser afastados desta actividade.” -----

-----Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

----- Neste momento, ausentaram-se os membros da Assembleia Municipal, senhores: João Carlos Gameiro Rodrigues e Mário João de Oliveira Santos. -----

02.01 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO CAMARÁRIO RELATIVO À EMISSÃO DE «DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL RELATIVO À AMPLIAÇÃO DA PEDREIRA DENOMINADA EM&R, SITA EM BOLEIROS – FÁTIMA» – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número onze mil oitocentos e oito, datado de treze de Julho do ano de dois mil e sete, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia nove daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, a emissão de declaração de interesse público municipal relativamente à ampliação da pedreira denominada *EM&R*, sita em Boleiros, freguesia de Fátima, deste concelho – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** referiu que a sua bancada dava anuência à pretensão em análise pois, no passado, manifestaram-se desta mesma forma face a semelhantes solicitações. -----

----- **Considerando que se pretende ampliar a área de exploração de uma unidade industrial licenciada e considerando também que a ampliação se fará em área destinada a indústria extractiva no Plano Director Municipal, o plenário entendeu aprovar a proposta por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

**02.02 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO CAMARÁRIO RELATIVO À EMISSÃO DE
«DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL RELATIVO À INSTALAÇÃO DE
PARQUE EÓLICO NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS MISERICÓRDIAS» –
(GRELHA A).**

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número catorze mil cento e cinquenta e oito, datado de vinte e três de Agosto, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia vinte daquele mesmo mês, solicitando a este órgão deliberativo que reconheça o interesse público da instalação de um *parque eólico*, com catorze aerogeradores, no local onde existe actualmente a pista denominada Pias Longas Aero Clube, sito na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste concelho – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “Gostaria de pedir ao Senhor Presidente da Câmara que explicasse melhor este procedimento. -----

Pareceu-me ouvir falar, numa sessão da Assembleia Municipal, dos terrenos que estavam ocupados pelo aeródromo Pias Longas. Nós tínhamos entregue um plano de pormenor à Progitap, no valor de quarenta e tal mil euros e, agora, de repente, não vejo esse plano e somos confrontados com uma proposta para que se venha a instalar lá um parque eólico. Não temos nada contra, só queríamos ser melhor elucidados sobre que mudança foi esta e a que se deve porque, há cerca de um ano e meio, foi uma grande aposta neste aeródromo, na sua exploração e no seu alargamento. -----

Abandonou-se o projecto? O que aconteceu ao contrato com a Progitap e de que forma aparece este parque eólico?” -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou, de forma sucinta, os seguintes esclarecimentos: -----

“- Quando o Plano Director Municipal foi elaborado, a associação Pias Longas já exercia a actividade de recreio com ultraleves numa zona da serra de Aire que veio a ser considerada, pelo Plano Director Municipal, para efeitos de equipamento isolado proposto. -----

- A Câmara Municipal adjudicou o projecto para a pista de recreio porque, na época, deslocaram-se ao local elementos da protecção civil, concluindo tratar-se do local adequado para o efeito. -----

- A equipa técnica do Progitap, a quem foi adjudicado o projecto, e não um Plano de Pormenor, procedeu a uma análise técnica, apontando a zona da Giesteira. Este facto foi apresentado em reunião camarária, tendo sido decidido alterar a localização. -----

- Entretanto, a Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, a quem pertencem os terrenos e por iniciativa própria, elaborou um projecto que visava simplesmente o recreio. -----

- É durante este período de tempo que surge a empresa Sociedade Técnica Portuguesa que fez medições do vento na zona e associou-se à EDP formando uma entidade que concorre a um conjunto de parques eólicos no país. -----

- Foi aprovado para a zona em análise um parque com catorze aerogeradores que significa, para a Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, uma indemnização para que o Pias longas saia daquele local e bem assim uma renda anual de cerca de cem mil euros. De acordo com a lei em vigor, a importância para a Câmara Municipal será semelhante. -----

- Prevê-se para este local um parque eólico que colide com o que está previsto no Plano Director Municipal. A pista dos ultraleves não é justificável através de interesse público, porém o parque eólico já o pode ser. Este tem um interesse para o país em termos energéticos e é um recurso de energias renováveis. -----

- As expectativas da associação aí existente, antes da elaboração do Plano Director Municipal, não podem ser descuradas. -----

- Ontem, eu e os elementos da Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias reunimos com a CCDR a fim de discutirmos esta matéria e, atendendo à legislação em vigor, a alteração do Plano Director Municipal para esta situação será um processo ligeiro e simplificado. “ -----

----- Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA À «LEI DAS FINANÇAS LOCAIS», NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número treze mil seiscentos e sessenta e nove, datado de catorze de Agosto, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a trinta de Julho, daquele mesmo ano, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, que aprove a participação de cinco por cento (5%) no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do município de Ourém. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** teceu o seguinte comentário: “De facto em sede de IRS, este Governo, não aumentou qualquer imposto, está precisamente igual. O que este Governo fez foi – o que é uma medida de justiça fiscal – criar uma taxa de quarenta e dois por cento para aqueles que têm uma remuneração superior a duzentos e cinquenta mil euros ano. -----

A proposta de reduzir em um por cento tem sido a atitude de algumas Câmaras do Partido que propõem a baixa dos impostos, no Parlamento. Nos últimos seis meses não se tem ouvido falar em outra coisa e aqui à volta os municípios têm utilizado essa capacidade de baixar a taxa do IRS em um por cento. -----

Para dois mil e sete, a Câmara deliberou manter os cinco por cento e nós na Câmara votamos favoravelmente e aqui também vamos votar da mesma forma. O ano de dois mil e sete foi o

ano em que a lei entrou em vigor e portanto no final do ano saber-se-á como é que está a receita e qual é a capacidade da actividade. -----

Para o ano de dois mil e oito, entregámos na Câmara Municipal uma proposta de ponderação de redução de quatro por cento, como a maioria já está a preparar-se para fazer, como seja o caso de Torres Novas, Abrantes e Tomar.” -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** expôs o seguinte: “Poderia ter a coragem do seu colega de Partido, o Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, que não teve receio de propor uma taxa de três por cento. -----

O CDS/PP, em princípio, é a favor de uma baixa da carga fiscal porque pensamos que o desagravamento fiscal incentiva a economia, leva a que as pessoas invistam mais porque há mais dinheiro disponível e é baseando-nos neste ponto de vista que achamos que poderia ser dado um sinal de diferenciação. -----

Compreendo que, sendo o primeiro ano em que vai ser aplicado, há um certo receio em saber qual vai ser o impacto mas, continuamos a achar que é preferível cobrar melhor do que cobrar mais, até por uma questão de justiça. Isto aplica-se aqui e aplica-se mais à frente quando falarmos nos outros impostos.” -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES** expressou o seguinte: “Concordamos com a taxa de cinco por cento porque, apesar das verbas terem diminuído e dado o mau momento financeiro que se atravessa, é um esforço que nós registamos com agrado, ter mantido a taxa igual ao que estava no ano anterior. -----

Nós votamos favoravelmente.” -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com um voto contra do Partido Popular.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À «DIVINIS – AGROPRODUTOS DE OURÉM, S.A. – ALIENAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OURÉM» – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número catorze mil oitocentos e oitenta e cinco, datado de onze de Setembro, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia três daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para alienar as acções inerentes à *Divinis – Agroprodutos de Ourém, S.A.*, em hasta pública, partindo de um valor base correspondente ao valor nominal e bem assim solicitar a presença da Administração da empresa e dos restantes accionistas para, caso o pretendam, exercerem o direito de preferência, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais. -----

----- Aquando da discussão desta matéria em sede de reunião camarária, o Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou a informação que se passa a reproduzir: “Todos sabemos o longo historial que levou à participação do Município de Ourém na empresa “Divinis – Agroprodutos de Ourém, SA”. Desde o início ficou bem claro que a intenção do Município era o apoio ao sector vitivinícola, sector esse de reconhecido interesse público local. -----

Neste momento, face a todos os desenvolvimentos ocorridos, julgamos que a empresa em assunto se encontra no bom caminho, não necessitando mais do apoio institucional inicialmente dado por esta autarquia. -----

Face ao exposto, propõe-se a alienação da participação do Município de Ourém na empresa DIVINIS correspondente a uma quota de 20%. Mais se propõe que essa quota seja alienada pelo valor realizado, ou seja, 100.000€, tendo em atenção que a criação da empresa é muito recente. Caso seja este o entendimento da Câmara, deverá posteriormente ser solicitada autorização à Assembleia Municipal.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MARGARIDA GOMES POETA** expôs o seguinte: “A CDU não entende que, sendo o sector vinícola reconhecido como interesse público local, conforme afirmação, se proponha alienar a participação pública na empresa. Não faz sentido para nós, ainda mais quando a empresa está

no bom caminho. Também importa esclarecer a esta Assembleia qual é o bom caminho que a empresa tem visto que ainda tem interesse público.” -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** expôs o seguinte: “O interesse público local é relativo porque o interesse público local era termos todos médico de família, por exemplo, isso sim era um bom interesse público local. -----

A dar-se os parabéns por se sair deste tipo de actividade – que acho não ser assim de tão interesse público – se o resultado disto for para financiar mais e melhor os cuidados de saúde, aí tem duplamente os meus parabéns.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: “Relativamente à proposta que a Câmara Municipal traz aqui, não tenho nenhuma questão a levantar sobre a atitude da Câmara Municipal. Acho que a atitude da Câmara Municipal e desta Assembleia Municipal foi de, a todo o custo, salvaguardar o património e a situação da cooperativa. Houve um conjunto de pessoas no concelho que se disponibilizaram para, por via societária, dar e alancar o processo que permitiu depois a compra a crédito. -----

Portanto, nesta fase, se há uma avaliação por parte da Câmara Municipal no sentido de que a empresa está já a dar passos consolidados, sem necessitar da Câmara Municipal, acho que nesta relevantíssima actividade de interesse local que é a vitivinícola, parece-me muito bem que a Câmara Municipal se afaste dando espaço ao sector privado para poder desenvolver a sua actividade no sentido até de novas escolhas de nova gestão privada. O Estado deve recolher-se quando os privados fazem melhor e com mais eficiência. -----

A questão que gostaria de levantar tem a ver com o representante que a Câmara Municipal tem nesta empresa porque, tanto quanto nós tivemos conhecimento, esse administrador não pode ser remunerado pela Ambiorém por se encontrar numa situação de aposentado. Ao que se ouviu dizer, a empresa Divinis, onde neste momento a Câmara Municipal mantém uma intervenção de vinte por cento, remunera esse administrador. Portanto, gostaria de saber qual será a situação, se remunera ou não, e em que situação fica esse remunerado no dia em que, se aprovarmos esta proposta, o município deixar de ter qualquer representante na empresa. Talvez tivesse sido melhor se tivéssemos escolhido outro representante, como seja um

vereador, porque há aqui uma situação, de certa forma, incompatível e era bom que fosse esclarecida, a bem de todos e dessa pessoa em particular.” -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara referiu que o único desempenho da Câmara Municipal relaciona-se com o cargo de Presidente da Assembleia Geral da Sociedade que é desempenho por si. -----

Salientou também que a intervenção da Câmara Municipal, neste processo, teve somente a ver com a criação da empresa e aquisição das respectivas instalações, o que já está concluído. --

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com um voto contra do Partido Social Democrata, senhor Humberto Luís Ferraz Antunes e duas abstenções, uma do Partido Social Democrata, senhora Maria Natália de Sousa Freire Nunes e uma do Partido Comunista Português.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

----- Neste momento, ausentou-se o membro da Assembleia Municipal, senhor Sérgio Manuel Gameiro Fernandes. -----

02.05 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO «RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2006 DA ADSAICA – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS SERRAS DE AIRE E CANDEEIROS», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número onze mil trezentos e quarenta e sete, datado de quatro de Julho, do ano dois mil e sete, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia dois daquele mesmo mês, dando conhecimento a este órgão deliberativo, nos termos acima citados, do teor dos documentos referidos em epígrafe – (ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal). -----

----- Para uma melhor análise, foi remetido antecipadamente um exemplar a cada um dos Representantes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA AO «IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS 2008». -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número quinze mil quinhentos e trinta e sete, datado de vinte e quatro de Setembro, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada naquela mesma data, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do número quatro, do artigo cento e doze, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), autorização para fixar as seguintes taxas a praticar na cobrança do Imposto Municipal sobre imóveis, no ano de dois mil e oito: -----

----- 0,8% (zero vírgula oito por cento) sobre prédios urbanos; -----

----- 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** expôs o seguinte: “Somos em princípio, contra uma excessiva taxa e ainda mais nas questões de património. -----

Gostaria de saber se existe algum estudo de impacto de avaliação no sentido de saber a quantidade de isenções que irão terminar nestes próximos anos dado que o grande boom de crescimento de construção deu-se em 1996/1997 e, havendo um período de isenção de dez anos, o mesmo há-de estar a terminar. -----

Deveria haver um estudo para saber quantas isenções vão terminar e o impacto que isto terá na receita. -----

Dos dados que consegui ter acesso, de 2000 a 2006, a liquidação rústica e a urbana – antiga contribuição autárquica, agora IMI, tem tido uma variação na ordem de crescimento dos oito a dez por cento, chegando, entre 2004 e 2005, a uma variação de dezasseis por cento, o que significa alguns valores acima da inflação. Ano após ano, a Câmara Municipal sub-repticiamente tem vindo a cobrar mais. -----

É uma realidade que passa um pouco despercebida mas que agora se passa a notar mais com o IMI. É preciso dar conhecimento destes valores e destes factos para que as pessoas tenham a noção de que, na realidade, estão sempre a pagar mais e não é uma actualização dos factos.” -----

----- Tomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara salientou de que não se verifica qualquer sub-reptício e a comprová-lo está o facto de que, todos os anos, a Conta de Gerência do município é submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com um voto contra do Partido Popular e uma abstenção do Partido Comunista Português.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA À «TAXA MUNICIPAL PELOS DIREITOS DE PASSAGEM, 2008 – LEI DAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS (LEI N.º5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO)». -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número quinze mil quinhentos e trinta e oito, datado de vinte e quatro de Setembro, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada naquela mesma data, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo cento e seis, da lei número cinco barra dois mil e quatro, de dez de Fevereiro, e bem assim nos termos da alínea e), do número dois, do artigo cinquenta e três, da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de

Setembro, com as alterações introduzidas pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Setembro, a aprovação do percentual de zero vírgula vinte e cinco (0,25%), a aplicar no ano de dois mil e oito. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL** referiu que inicialmente, aquando da criação desta taxa, julgava-se que a mesma seria assumida pelas empresas prestadoras do serviço, porém, veio a verificar-se que são os munícipes quem assumem esta tarifa, o que, na sua opinião, está incorrecto, pois, o utilizador do espaço é que deve suportar as respectivas taxas. -----

Foi ainda da opinião de que a Câmara Municipal deveria ponderar a aplicação desta taxa pois, no seu entender, o montante recebido – cerca de dois mil euros – talvez não compense os custos inerentes à cobrança da mesma. -----

= **NELSON CARLOS LINO LOPES** referiu que os clientes da Portugal Telecom, TV Cabo e ADSL pagam a taxa em questão o que, na sua opinião, deveria ser assumido por estas empresas utilizadoras. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com uma abstenção do Partido Popular.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

----- Neste momento, ausentou-se o membro da Assembleia Municipal, senhor Natálio de Oliveira Reis. -----

02.08 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER AO LANÇAMENTO DE UMA «DERRAMA PARA 2008». -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número quinze mil quinhentos e trinta e nove, datado de vinte e quatro de Setembro, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada naquela mesma data, solicitando, a este órgão deliberativo, nos

termos da alínea f), do número dois, do artigo quinquagésimo terceiro, da lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e bem assim nos termos do número quatro, do artigo décimo quarto, da lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro, autorização para proceder ao lançamento de uma *Derrama* a aplicar no ano de dois mil e oito, da taxa de um vírgula cinco por cento (1,5%) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL** expôs o seguinte: “Durante alguns anos, a *Derrama* era de dez por cento, calculada sobre a colecta do Imposto sobre Rendimento de Pessoas Colectivas, ou seja, o IRC. Agora, isso foi alterado para valores que podem ser no máximo um vírgula cinco por cento sobre, não a colecta, mas sobre o lucro tributável, o que significa que as empresas que tenham tido prejuízos acumuláveis de anos anteriores podem não pagar IRC mas pagar *Derrama*. -----

Há contudo dúvidas sobre o novo montante, qual será o valor que vai resultar desta nova aplicação. Há quem defenda que é mais baixo, mas também há quem defenda que vai aumentar, ou seja, não há dados objectivos. -----

Parece-me, no entanto, pertinente a proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista, na Câmara Municipal, a qual vem na linha das nossas exposições ao longos destes anos – não só nossas, como aliás de outros partidos, nesta Assembleia Municipal – ou seja, adoptar a taxa máxima em termos genéricos e, sabendo que temos um tecido empresarial de pequenas empresas com papel importante na actividade deste concelho – algumas delas com negócios não muito grandes mas que vão fazendo um esforço na sua actividade empresarial, para estas actividades seria um valor de um vírgula dois por cento, na linha do que é preconizado para as empresas que não ultrapassam os cento e cinquenta mil euros, o que é possível na linha da Lei das Finanças Locais.” -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** manifestou o seu acordo face à intervenção atrás reproduzida. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com seis votos contra, cinco do Partido Socialista e um do Partido Comunista Português, e uma abstenção do Partido Popular.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.09 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, não se verificando, porém, qualquer pedido de intervenção. -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelo Primeiro Secretário. -----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO